

Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: Notas etnográficas de uma favela carioca¹

Mariana Cavalcanti

Antropóloga, professora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV)

O artigo toma o tiroteio na favela como ponto de partida para tecer uma etnografia do modo como o medo e a incerteza relacionados à “violência urbana” (como representação social) vêm sendo internalizados por seus moradores. Seu núcleo analítico recai sobre a perspectiva do espaço da favela, tal como vivido e experimentado pelos moradores. A hipótese desenvolvida é a de que, da perspectiva da experiência vivida, a (re)produção e construção social do espaço da favela são atravessadas por uma série de dinâmicas e rotinas em grande parte impostas pela ação do tráfico, mas também reproduzidas pela ação de atores públicos, privados ou do terceiro setor, incluindo aí as estratégias cotidianas dos moradores de evitar riscos. A análise de tais rotinas e dinâmicas traz à tona uma certa territorialidade que produz noções e práticas de visibilidade e inteligibilidade do espaço físico urbano, cuja leitura e interpretação passam a constituir uma atividade hermenêutica constante e constituinte do *habitus* de seus moradores – dentro e fora das comunidades onde vivem.

The article **Shootouts, legibility and urban space: Ethnographic notes from a favela in Rio de Janeiro** takes shootouts in Rio shantytowns as a point of departure for an ethnography of the ways in which fear and uncertainty related to “urban violence” (conceived here as a social representation) are incorporated by favela residents. The hypothesis developed here is that the social (re)production and construction of the space of the shantytown is pervaded by dynamics and routines to a great extent imposed by the drug trade, but are also reproduced by public, private and “third sector” actors – including residents’ own quotidian risk avoidance routines. The analysis of such routines and spatial tactics brings to light a certain territoriality that is productive of practices that aim at rendering the city space visible and intelligible. Finally, this article examines how this reading and interpretation has become a hermeneutic activity that is constitutive of the habitus of favela residents – within and outside the communities in which they live.

No Brasil em geral – e de modo mais acentuado no Rio de Janeiro – os temas da segurança pública, da criminalidade e da “violência” urbana, em suas múltiplas interseções, vêm constituindo um campo em franca expansão nas ciências humanas desde os anos 90, o que, por sua vez, reflete a força política e a magnitude dos efeitos desses fenômenos sociais (e particularmente de suas representações) sobre o cotidiano da cidade. Se, de um lado, essa não é uma prerrogativa exclusiva do Rio de Janeiro, posto que o *boom* em estudos sobre violência e criminalidade, bem

Recebido em: 30/06/08
Aprovado em: 10/07/08

1 A pesquisa na qual o presente artigo se baseia foi desenvolvida graças ao apoio da Fundação Capes, através de bolsa de doutorado pleno no exterior entre 2001 e 2005, e da Foundation for Urban and Regional Studies (FURS), através de um *studentship* concedido no período 2005-2006.

como o imaginário das “obsessões criminais” (COMAROFF e COMAROFF, 2004) como fato e representação social que os acompanha, pode ser verificado tanto nas grandes metrópoles dos países ditos centrais quanto nas cidades do “sul global”, é fato que o vasto campo de estudos da “violência urbana” ou da “segurança pública” vem se firmando como uma das principais frentes de trabalho das ciências sociais.

Hoje sabemos bastante sobre os modos de funcionamento das quadrilhas de traficantes (DOWDNEY, 2003; MISSE, 1997; ZALUAR, 1985; 1996; 2004), do mercado de armas ilegais (DOWDNEY, 2003; RIVERA, 2004), sobre diversas iniciativas locais, estatais e conjuntas que visam amenizar, conter, ou reverter os avanços da criminalidade (JUNIOR, 2003; CUNHA, 2006), sobre os movimentos de vítimas da violência – tanto no “asfalto” (BIRMAN e LEITE, 2004) quanto na “favela” (NOBRE, 2005; FARIAS, 2007), sobre a atuação policial e suas práticas de *profiling* social e racial (RAMOS e MUSUMECI, 2005), sobre os novos dilemas que a criminalidade violenta vem colocando para a institucionalidade democrática não só nas favelas, mas também em outras áreas habitadas por populações de baixa renda (MACHADO DA SILVA, 2002; 2004; MACHADO DA SILVA e LEITE, 2004; 2007; LEITE, 2000; PERALVA, 2000), sobre os novos espaços fortificados e as formas de sociabilidade por eles engendradas (CALDEIRA, 2000; RIBEIRO, 1997); e sobre as imagens construídas pela mídia do tema (RAMOS e PAIVA, 2005), bem como os efeitos de realidade de tais representações (CAVALCANTI, 2001; VAZ e LISSOVSKY, 2007; VAZ *et al*, 2005a, 2005b).

Sem a intenção de fazer uma revisão bibliográfica ou sequer de propor uma listagem que esgote as temáticas, organizando o campo, o propósito desse brevíssimo panorama é chamar a atenção para como a justaposição do medo, da criminalidade e da insegurança é em si mesma produtora de novas formas sociais – que, por sua vez, se oferecem como objetos de investigação. Em jogo em tais estudos está uma série de proposições sobre usos, disputas, apropriações e modos ou regimes de ordenar o espaço da cidade. Este último, no entanto, raramente aparece como objeto de análise em si. Ainda que a questão da criminalidade violenta implique justamente a produção de novas experiências, rotinas, e dispu-

tas de natureza espacial, o espaço urbano figura como continente de práticas, conflitos e relações sociais, que, por sua vez, definem ou disputam espaços distintos ou claramente discerníveis: a favela, a “rua” ou o “asfalto”, o território do tráfico disputado por facções e milícias (estas últimas, ainda pouco estudadas), as zonas controladas produzidas por aparatos de segurança privada e pela arquitetura fortificada, a prisão, o espaço público “vulnerável”. Pouco se fala, no entanto, sobre as práticas através das quais essas relações sociais constituem espaços físicos e sociais ou sobre a experiência vivida dos mesmos.

É sobre essa experiência vivida que pretendo me debruçar no presente artigo, partindo de uma investigação etnográfica sobre as temporalidades e espacialidades engendradas pela constante virtualidade da eclosão de tiroteios no espaço da favela². A hipótese aqui desenvolvida é a de que a sempre presente *possibilidade* de irrupção do tiroteio constitui um dos princípios estruturantes da fenomenologia da vida cotidiana na favela – seja por constituir uma das principais preocupações manifestas de seus habitantes, seja por afetar desde a mobilidade desses últimos até o próprio espaço construído da favela, por meio de esforços constantes de assegurar lugares “seguros” (CAVALCANTI, no prelo). A constante iminência de tiroteios produz uma temporalidade concretamente experimentada como uma antecipação, como uma quase espera pela próxima ocorrência, engendrando uma série de rotinas de evitar e avaliar riscos. O tiroteio, assim, constitui-se tanto como objeto de investigação em si quanto como uma lente através da qual é possível vislumbrar outras rotinas e mapas mentais produzidas pela duração – no tempo e no espaço – da dita crise de segurança pública, e sua incorporação a outras temporalidades e espacialidades da vida cotidiana.

Ainda que essa temporalidade antecipatória não seja prerrogativa exclusiva dos cariocas – moradores de favelas ou não³ – posto que tende a ser característica de lugares nos quais o cotidiano é atravessado por confrontos, conflitos ou guerras endêmicas – uma reflexão mais detida em torno desse fenômeno pode lançar luz sobre os modos como a dita “crise de segurança pública” se converte em força produtiva – no sentido foucaultiano, de produzir e internalizar relações de poder, não no sentido marxista de designar relações econô-

2 Esse é um recorte temático de uma análise mais ampla da produção social do espaço da favela e suas múltiplas territorialidades, desenvolvida em minha tese de doutorado (CAVALCANTI, 2007). A tese parte da emergência recente do termo “favela consolidada” como categoria de desenvolvimento de políticas públicas, programas de urbanização e projetos sociais, para indagar sobre suas condições de possibilidade e constituir o processo de consolidação das favelas como processo histórico, social e espacial. Tendo como eixo condutor da análise as transformações no espaço construído das favelas nas últimas décadas, examino a passagem do “barraco” de estuque ou madeira à “casa” de alvenaria, e da “casa” à “fortaleza” do ponto de vista de trajetórias de moradores e famílias. Ver também Cavalcanti (no prelo).

3 A antropóloga Munira Khayyat, por exemplo, está em campo investigando como camponeses do sul do Líbano – zona de guerra ou ameaça de guerra perene próxima à fronteira com Israel – incorporam as temporalidades engendradas pelo conflito não só aos ritmos do cotidiano, mas também às sazonalidades da agricultura, por exemplo.

micas estruturais – de espacialidades peculiares que passam a constituir condições de possibilidade para a (re)produção da favela como território do tráfico.

Espaço(s) sociais e cotidiano: produção e construção

As teorizações mais prolíficas em torno dos diversos (e algumas vezes díspares) fenômenos que tanto o senso comum quanto o discurso acadêmico tendem a juntar sob a categoria da “violência urbana” apreendem-nos desde a perspectiva de sua produtividade social⁴, ou seja, problematizam justamente o modo como a própria duração de conflitos e episódios “violentos” vem engendrando novas formas sociais. Um dos mais conhecidos e citados exemplos é o conceito de “sociabilidade violenta”, desenvolvido por Machado da Silva (2002; 2004, dentre outros) para dar conta de como a força vem se tornando um princípio de interação e regulação das relações sociais, cuja relação com a ordem institucional não é de confronto, mas de “continguidade territorial” (MACHADO DA SILVA e LEITE, 2007, p. 579). Do mesmo modo, a idéia da interconexão de mercados ilegais ou informais e da negociação de “mercadorias políticas” também sugere um espaço social no qual diferentes ordens se perpetuam, não necessariamente de modo conflitivo, mas se acomodando uma à outra ainda que de modo precário (MISSE, 2006). Ambos são modelos que complexificam o espaço social que persiste em ser caracterizado no senso comum – e ainda em parte do discurso acadêmico – em termos de uma simples oposição favela/asfalto ou legal/ilegal (e suas versões mais insidiosas que insistem em reproduzir a questão em termos dualistas que reatualizam e perpetuam modos historicamente consagrados de constituir as favelas e seus moradores como alteridade de uma cidade “civilizada”).

Os modelos mencionados, que implicam a co-existência de diferentes ordens de relações e estruturas sociais (e sua reprodução), dependem da constante reiteração de certas práticas que se desdobram e constituem a experiência vivida e mundana de espaços físicos, através das atividades cotidianas de diferentes atores em um nível micro. Assim, meu propó-

4 Nesse sentido, o esforço se desloca da pergunta sociológica mais clássica “O que produz a violência?”, cujo horizonte é o de explicações causais, para uma perspectiva mais construtivista, cuja indagação central incide sobre a violência – como “fato” e representação social – produz (sobre esse deslocamento, ver Appadurai, 2001).

sito aqui é justamente explorar algumas das espacialidades que permanecem subentendidas nas referidas teorizações. Pois se há uma relação de acomodação e co-existência entre ordens sociais ou princípios de interação distintos, isso nos leva a uma indagação sobre a relação entre essas múltiplas espacialidades.

Nesse sentido, o tiroteio torna visível como tais acomodações são precárias, provisórias e conflitivas. Em outras palavras, esse evento atualiza o conflito que habita e constitui o espaço da favela enquanto territorialidade produzida pela “sociabilidade violenta” – que é, por sua vez, uma dentre muitas territorialidades que o definem e constituem enquanto espaço social (CAVALCANTI, 2007). Por outro lado, por atualizar um conflito sempre potencial, latente, reafirma e reproduz outras rotinas sociais constituídas como forma de se evitar os riscos impostos pelo tiroteio e de cuidado que já atravessam o cotidiano a ponto de serem desempenhadas de modo implícito e impensado – incorporadas e inculcadas como disposições do *habitus*. O tiroteio como objeto de investigação, sua descrição e seu esmiuçamento etnográfico permitem desnaturalizar tais rotinas, tornando legível a própria produtividade da “sociabilidade violenta”, suas representações e seus efeitos sobre o tecido social da cidade.

Neste esforço interpretativo, sigo um trajeto teórico que vem se consolidando através do estudo do espaço das cidades como objeto da antropologia, trajeto este que constitui um campo hoje já bastante consolidado⁵ – a chamada “virada espacial” da teoria social das últimas duas décadas, cujos principais referenciais teóricos valem a pena reconstruir aqui, ainda que de modo impressionista. Essa “virada espacial”, se apropria de três principais influências. Em primeiro lugar, uma especulação feita por Foucault em conferência proferida em 1967 sobre os “espaços outros”, em que afirmava que o tempo (i.e., a história) que havia dominado a teoria social do século 19 poderia dar lugar ao espaço como categoria interpretativa⁶. Um exemplo já clássico de experimentação nesse sentido é o trabalho de Michel de Certeau (1984) sobre as “práticas sociais” que escapam à ordem e aos poderes estabelecidos, muitas vezes resignificando e transformando os usos e sentidos por estes aos espaços por ele produzidos. O deslocamento não trata, portanto, de pro-

5 Campo consolidado em particular na teoria social anglo-saxã (seguindo as “viradas” lingüística e cultural). É claro que a própria ênfase no espaço como categoria analítica e interpretativa surge justamente quando este deixa de ser um dado e passa a ser problematizado pelos próprios fenômenos aos quais nos referimos como globalização – seja econômica, seja cultural.

6 De fato, em toda a caracterização da disciplina e do suplício, no modo de funcionar do poder, para Foucault, estava a produção de espaços e rotinas a eles.

por uma “substituição” do tempo pelo espaço, e sim uma justaposição, uma vez que faz entrever um espaço não a-histórico, mas concebido analiticamente como resíduo, testemunha e produto de processos históricos, de um lado, mas também como constituinte de subjetividades concretas e em constante mutação.

A idéia do espaço como constituinte de estruturas subjetivas é elaborada também por Bourdieu – segunda grande influência aqui –, cuja noção de um *habitus* como “história tornada natureza” (1977) e sua leitura estruturalista da casa cabila (1979) também contribuíram para a construção do espaço como categoria de análise qualitativa e micro. E, finalmente, a construção do campo vem de uma certa geografia crítica de inspiração marxista – em sua versão pós-moderna, como em Harvey (1989) e Soja (1989) –, que segue pistas deixadas por Henri Lefebvre, em particular a idéia de que o capitalismo – e as relações de poder por este engendradas – seriam melhor compreendidos por meio de sua capacidade de produzir, transformar, e dominar espaços físicos e sociais. Sua teorização de espaço social é particularmente fértil, pois permite a articulação entre diversas escalas de análise, ao propor que este não é uma coisa em si, mas uma constelação: “resultado de ações passadas, o espaço social é o que permite que novas ações ocorram, enquanto sugere outras e proíbe ainda outras” (LEFEBVRE, 1991, p. 73). Em suma, o conceito abre a possibilidade de reconciliar duas noções: a de um espaço “ideal” (da imaginação) e o espaço “real” (das práticas cotidianas) (LEFEBVRE, 1991, p. 14).

Na antropologia, essa apropriação do espaço como lugar de investigação gera uma perspectiva que permite articular as experiências de atores situados e imersos em suas rotinas cotidianas a grandes transformações sociais. Para melhor elaborar esse lugar de observação, Setha Low propõe uma distinção – que não pode ser senão analítica, posto que esses elementos são indistinguíveis no mundo social – entre a produção social e a construção social do espaço. A “construção social” assinalaria uma ênfase mais materialista na análise de fatores sociais, econômicos, ideológicos e tecnológicos cujos agenciamentos permitem a reconstrução do espaço urbano como materialidade resultante de processos históricos (o que nomeia, em última instância, uma escala de análise análoga à

“ordem longínqua” proposta por Lefebvre). Já a construção social é definida como “a transformação de fato do espaço – através das trocas sociais das pessoas, de memórias, imagens, e dos usos cotidianos do cenário material – em cenários e ações que comunicam significados simbólicos (ou seja, o que Lefebvre chamava de “ordem próxima”). Trata-se, portanto de uma distinção que opera somente no nível da escala de análise; a “produção” e a “construção” social do espaço encontram-se implícitas uma na outra e são mutuamente constitutivas. Esse argumento permite uma leitura do espaço físico como produzido por e vivido através de distintas espacialidades, que coexistem e por isso mesmo ocasionalmente se chocam e entram em disputa. O tiroteio é, nesse sentido, um caso emblemático, pois torna legível como a própria acomodação de diferentes ordens sociais e usos do espaço são suspensas, sem, no entanto negar ou anular uma ou outra. Sua recorrência constante o produz como virtualidade inerente ao próprio espaço da favela, constituindo assim rotinas e sentidos a este atribuídos.

Em trabalho recente, o desenvolvimento da própria teorização da “sociabilidade violenta” proposta por Machado da Silva se aproxima desse recorte, ao argumentar, por meio da análise das falas dos moradores de favelas sobre violência e criminalidade, que estas são experimentadas principalmente através de uma preocupação com a interrupção da rotina – o que aproxima suas visões a respeito do tema àquelas da classe média. O argumento que desdobra aqui desloca um pouco essa questão: enquanto Machado da Silva e Leite constroem a rotina não perturbada como imagem normativa da sociabilidade, meu intuito é mostrar como a própria rotina já é constituída pela virtualidade de conflitos que podem irromper a qualquer momento. A diferença é sutil, porém decisiva, nem que seja por nos lembrar de como diferenças no lugar de observação produzem diferenças conceituais. Enquanto o objeto de análise do texto de Machado da Silva e Leite são as falas de moradores de favelas em grupos focais e o que chamam de “coletivos de confiança”, aqui a interpretação tem a observação participante como principal fonte de dados empíricos. Como os próprios autores assinalam, a análise de falas enunciadas em grupos focais só foi possível graças ao deslocamento dos informantes do lugar em que vivem (e da

rotina permeada pela(s) “violência”(s) em pauta). Nesse movimento mesmo, é possível estabelecer uma atitude mais reflexiva em torno das dinâmicas sociais em debate pelos grupos focais. Já um estudo construído a partir da observação participante ao longo de 18 meses de trabalho de campo⁷ não se beneficia desse destacamento, mas, por outro lado, permite vislumbrar práticas “coladas” na experiência vivida e não necessariamente reflexivamente verbalizadas. Nessa trilha, o tiroteio impõe-se como objeto de análise, uma vez que sua virtualidade constante (e ocasional atualização) mostrou ser uma das principais condições estruturantes de uma possível espacialidade própria da favela (que não se resume a sua territorialização pelo tráfico ou pela sociabilidade violenta, mas são por estas constituídas).

Tiroteios, visibilidade e legibilidade, na prática

Samanta, moradora de uma favela da Zona Norte carioca – à qual me referirei aqui como Bela Vista – e uma das principais informantes de meu trabalho de campo, viera me visitar em casa, dentre outros motivos para terminar de conceder uma entrevista centrada em sua trajetória de vida. Já era a terceira ou quarta vez que nos reuníamos com esse objetivo. Aqui, teríamos privacidade para que ela pudesse me contar alguns detalhes mais íntimos sempre constrangidos pela presença constante, em sua casa, de seus filhos, sobrinhos e outros agregados (categoria que eu mesma passei a integrar nos 18 meses de trabalho de campo) de diversas ordens.

Estávamos já avançando bem na segunda hora de seu depoimento, quando o som – longínquo, mas inequívoco – de uma série de tiros ecoou pela sala. Sentada no sofá sob a janela, Samanta imediatamente olhou para fora, ficando visivelmente aliviada ao ver um muro coberto por plantas e a barreira de proteção representada por um edifício que bloqueava a visão de onde barulho dos tiros obviamente se originava, no alto da favela de Santa Marta. Como sempre brincava quando ouvíamos ruídos semelhantes em sua casa, em Bela Vista, Samanta disse: “Tá brabo hoje, hein!”

A banalidade do episódio serve apenas para assinalar a interiorização de certas rotinas e disposições que constituem

7 O trabalho de campo foi realizado entre Maio de 2004 e Novembro de 2005, primordialmente em uma favela da Zona Norte carioca.

estratégias de avaliar e evitar o risco de encontrar-se preso em meio a um conflito. A desorientação momentânea de Samanta – o sobressalto, o olhar para fora da janela, a tentativa de saber de onde os tiros partiram – deu-se ao se deparar com uma paisagem desconhecida, na qual não sabia que signos ler para avaliar a situação. Ver sua reação me fez perceber como eu mesma havia passado a encarar o barulho ocasional de tiros em minha casa de maneira diferente após o início do trabalho de campo. O que outrora eu mal escutava – ou tomava por meros fogos de artifício – passou a desencadear um estado de alerta momentâneo (e irrefletido), e sempre desfeito pela presença da muralha de concreto que impedia qualquer bala de chegar a minha casa. Essa pausa para “tomar ciência” de tiros e avaliação do perigo por estes representado é apenas uma das que constituem o repertório de práticas e estratégias através das quais moradores de favelas (e, presumivelmente, freqüentadores mais assíduos de zonas em que tiroteios figuram como virtualidade constante) procuram contornar a incerteza constitutiva do espaço que habitam – estatégias essas que, por serem internalizadas, passam a atravessar a relação com o espaço urbano como um todo.

A própria recorrência dos tiroteios produz uma temporalidade de antecipação – sempre haverá um próximo tiroteio – que é, por sua vez, indissociável do espaço urbano, mas que é mais evidente e elaborado na própria favela, onde a familiaridade tanto com o cenário físico ou material quanto com as rotinas sociais que o constituem permite que moradores tentem se antecipar a sua eclosão. Esse processo é mais evidente nos esboços rotineiros de “ler” o “clima” do “morro” ou da “comunidade”.

De fato, o termo “o clima” é extremamente adequado como descritor – afinal sua leitura já é tão incorporada à vida cotidiana quanto levar o clima em sua versão meteorológica em consideração no desenrolar das rotinas cotidianas dos moradores; assim como um temporal, o “clima” ligado à territorialização da favela pelo tráfico traz transtornos, porém nem sempre é possível suspender as atividades programadas ou planejadas em função de mau tempo. Ou seja, como o tempo meteorológico, o “clima” do “morro” ou da “comunidade” é um dado do mundo, tão volátil e incontrollável quanto aquele. Mas há precauções possíveis – levar um guarda-

chuva, ler a previsão, equivalem a dar um telefonema para assegurar-se da situação na favela, uma pausa mais detida para avaliar a “situação”.

Essa leitura constante do “clima” é indissociável do modo como se dá a constituição e reprodução social da favela como território do tráfico. Do ponto de vista de uma leitura fenomenológica de “práticas espaciais” (para tomar de empréstimo a expressão cunhada por De Certeau), poder-se-ia argumentar que a construção social da favela como território do tráfico opera através de uma lógica de produção de fronteiras simbólicas e performativas objetivadas através de seu reconhecimento e reforço constante por diferentes atores sociais. Por serem estas fronteiras bastante porosas – basta pensar no fluxo constante de pessoas que as atravessa diariamente, de professores a trabalhadores de serviços públicos urbanos, de prestadores de serviços a compradores de drogas, de amigos e familiares de moradores a missionários, para não mencionar os cientistas sociais – sua existência é assegurada por sua inculcação na própria percepção subjetiva de todos aqueles que compartilham o espaço da favela⁸. E a condição para tanto é uma visibilidade ampliada e coextensiva ao território que essa própria visibilidade instaura: desde as pequenas interdições de cores da vestimenta de acordo com as facções, das janelas de carros abertas (se houver insulfilm), de capacetes em motocicletas, até os grandes pecados que transgridem a “fronteira” movimentos suspeitos de máquinas fotográficas e telefones celulares, jornalistas e delatores em geral⁹.

Toda essa lógica é bastante conhecida, posto que constitui o material básico de coberturas jornalísticas daquelas que reforçam as idéias do “poder paralelo” e similares. O que uma leitura das práticas espaciais traz como novidade é fazer vislumbrar que essas fronteiras são impostas pelo tráfico, mas reproduzidas e reificadas por todos que compartilham esse espaço (malgrado eles mesmos): de moradores coagidos a todos os “estranhos” já listados que trafegam pelas fronteiras porosas só o fazem por obedecer às regras de visibilidade e legibilidade – as ONGs, os serviços públicos e seus representantes também engajam performativamente nessa reprodução de fronteiras simbólicas e sociais que, por seu uso constante, também se tornam fronteiras físicas através de sua reafirmação cotidiana¹⁰. Em suma, aquelas instâncias cuja

8 Um exemplo é a própria boca (de fumo): não constitui um espaço físico, mas um espaço performado. Ela pode mudar de lugar, ela pode “sumir” – como some em incursões policiais. Do mesmo modo, as fronteiras entre favelas em longas disputas e os limites com o asfalto se reafirmam cotidianamente através da vigilância e de regimes de visibilidade (de armas, de pessoas) distintos no que passa ser “dentro” e “fora” do território do tráfico.

9 A lógica da visibilidade vale, inclusive, para aquelas demonstrações de poder mais violentas, tais como a queima de corpos, ou sua versão mais leniente de expulsar “inimigos” da favela: em ambos os casos os acusados deixam de ser vistos, cessam de compor a paisagem visível da favela.

10 E também discursiva. As próprias políticas sociais direcionadas a “jovens em situação de risco social” e implementadas em favelas também reproduzem essa espacialidade e a territorialidade do tráfico.

presença na favela é manifestamente “reverter”, “compensar” ou “amenizar” os efeitos negativos do tráfico acabam, do ponto de vista das fronteiras espaciais e performativas por este impostas, reafirmando e reconhecendo a existência desses limites. A polícia não constitui exceção: a cada uma de suas incursões, reforça e reafirma as fronteiras simbólicas do tráfico, ao cruzá-las como quem entra em zona de guerra – e os tiros que dão e recebem – acabam por constituir um dos mais eficazes marcadores de fronteiras, pois são inextricáveis de sua transgressão.

Em suma, ainda que no plano individual ou subjetivo haja, por parte dos moradores não envolvidos com o tráfico, um esforço constante em se diferenciarem dos “bandidos”, e que suas falas e opiniões sobre a “violência” operem através de um agudo discernimento entre os papéis desempenhados pelos traficantes e pela polícia (ZALUAR, 1984; MACHADO DA SILVA e LEITE, 2007; CAVALCANTI, 2007), o fato é que no plano do espaço vivido e compartilhado a territorialidade da favela que emerge da configuração e espacialização da “criminalidade violenta” o confronto com uma objetividade inegável, experimentada na prática como característica daquele próprio espaço.

Essa objetividade, no entanto, é percebida como legível – a partir da internalização desses códigos compartilhados que comunicam como está “o clima” da comunidade – não só para os “bandidos”, mas também para os moradores comuns. A “leitura” constante “do clima” ou “das coisas” constitui uma atividade hermenêutica incessante, baseada em códigos tácitos, porém compartilhados e altamente sensórios, que combinam elementos significantes visuais e sonoros, jogos de presenças e ausências, performances quase ritualizadas, os ritmos da vida cotidiana e, é claro, o fluxo constante de rumores, fofocas e informações em geral. Essa leitura constante do “clima” se dá através da comparação de uma certa imagem mental em parte abstrata, em parte “normativa” (no sentido de ser “ideal” dentro do que se conhece como possível) de como as “coisas” são quando está tudo “tranquilo” – o que por si só leva em consideração uma série de variáveis, tais como a hora do dia e a memória do passado recente – e a confrontar com a paisagem da favela em um dado momento qualquer.

Quem está à vista? Os moto-táxis fornecem as pistas mais confiáveis. Se estão presentes, tranquilos e relaxados, rodando constantemente, é possível baixar a guarda de imediato. Ainda assim, o olhar inevitavelmente passa, sem necessariamente repousar, por outros elementos da paisagem – não só visuais, mas também sonoros e mesmo olfativos (afinal, dificilmente um churrasquinho será grelhado em momentos de tensão). Há música tocando? Os vendedores ambulantes, camelôs, e o comércio local estão abertos? Seus ocupantes estão tranquilos? E os presumíveis olheiros? E a boca, está lá? O semblante dos “meninos”? Há crianças na rua? O comércio está aberto? Já houve “tirinhos” hoje? Caso afirmativo, com alguma frequência? Houve tiroteio ontem?¹¹ As respostas a tais perguntas variam de acordo com a hora do dia, o dia da semana e a memória do próprio “clima” recente – e normalmente só são registradas conscientemente se negativas.

Em Bela Vista, a visão da “tranqüilidade” variava bastante de acordo com o próprio horário do dia. Assim, pela manhã, era definida quase pela ausência visual quase total do tráfego. A paisagem da favela é então dominada por “trabalhadores” e crianças uniformizadas em um fluxo constante ladeira abaixo, bem como idosos e mães de bebês e crianças muito jovens ocupando os espaços públicos. Um estranho que passasse pela “boca” não a veria, pois os jovens e armas que a compõem poderiam estar momentaneamente ausentes – somente o espaço deliberadamente vazio denunciaria o significado do local, e mesmo assim, para um olhar mais atento e informado. Poucos “soldados”, poucas armas, também eram uma possibilidade, mas compunham uma cena muito distinta da boca em plena atividade – que, certamente se configuraria mais tarde. Pela manhã, o comércio fechado não necessariamente era causa para alarme – afinal, muitas tendinhas, vendas ou bares abriam suas portas após a hora do almoço – que, por si só, encerra dinâmicas espaciais próprias, com a chegada de centenas de crianças e jovens do turno matutino das escolas, acompanhados ou não pelos pais. Esse movimento aumentava a frequência da Kombi, exalava novos cheiros de comida no fogão e marcava o limiar entre o “clima” matinal e o vespertino. Com a retorno de mais moradores – para muitos com parte das tarefas do dia cum-

11 Algumas dessas perguntas foram discutidas com informantes, na tentativa de desconstruir o que é experimentado de modo já automatizado.

pridas, no caso das crianças, para outros o começo de uma nova ordem de tarefas rotineiras com a chegada das crianças (caso sobretudo das mães) – os próprios sons se transformavam. Mais música se fazia presente – de hinos evangélicos ao funk, passando por canções mais românticas, pagodes e o pop comercial. A estes, juntavam-se os sons de televisões, a maior parte sintonizados nas reprises de novelas ou nos “repórteres”, que ecoavam de virtualmente todas as portas e janelas abertas, seja para os becos, seja para as ruas. Após o rush característico da hora do almoço, a atmosfera vai se transformando aos poucos: o volume das músicas de diversas fontes aumenta na medida mesma em que os idosos e crianças passam a dar lugar a adolescentes e jovens que jogam futebol onde há espaço e conversam em grupos por todos os lados. A boca vai ganhando corpo(s), e com eles mais armas – as expressões sonolentas dando lugar a azarações, sociais e brincadeiras com os passantes. O fluxo das motocicletas e das Kombis morro a cima e abaixo também aumenta progressivamente, na medida em que as pessoas chegam do trabalho, muitas delas parando nos bares, vendas, tendinhas, entradas dos becos e janelas abertas.

Ao cair da tarde, em Bela Vista – o horário preciso variava em função da vigência ou não de horário de verão – havia sempre um momento em que eu sabia que meus contatos mais próximos começariam a me lembrar que era chegada a hora da minha partida. Era a hora em que um quase-ritual marcava a passagem de “turno”, algo que passei a chamar, mentalmente de a “primeira patrulha” e que sinalizava de modo quase orquestrado a mudança de turno dos espaços públicos da comunidade – primeiro por grupos de dois ou três “bandidos” descendo o morro caminhando pelo meio da rua, eram logo seguidos por outros que surgiam quase simultaneamente, em meio ao fluxo intenso de trabalhadores voltando para casa, de vários becos e vielas, armados e caminhando em direção às bocas e outros pontos de concentração e vigilância territorial.

Essas configurações – e o ritmo de suas transformações ao longo do tempo – constituem, em termos gerais e um tanto impressionistas, o que podemos conceber como uma imagem “normativa” dos ritmos da favela quando o “clima” está “tranquilo”. Em suma, não é a presença de armas em si que

gera tensões – desde que estejam onde deveriam estar (nas bocas e pontos de vigilância) nos momentos “certos” (e em número crescente a partir da tarde). O aprendizado de tais códigos leva tempo¹². Às vezes o não visível é mais expressivo do que o visível. Um exemplo típico do invisível altamente perturbador é o “clima” em dias de “luto”. Faixas pretas e protestos verbais mais ostensivos não rivalizam com o silêncio em termos de comunicar que algo está “fora do lugar”, “estranho” ou, no limite, quando não há “tranqüilidade”, mas apenas tréguas em tempos de conflitos contínuos, quando as coisas ficam “horríveis”¹³.

Em suma, é a leitura constante de um jogo de presenças e ausências que conectam o visível e um invisível que faz as vezes de normativo, uma espécie de “grau zero” de tensões – na medida do possível, em um mundo onde os conflitos são um dado, marcado pela virtualidade dos tiroteios e habitado como tal. Qualquer alteração, por mais sutil que seja, nessa ordem “ideal” pode indicar a presença da polícia no morro, tensões decorrentes de eventos passados (tais como mortes ou prisões recentes), conflitos latentes, ou um mero estado de alerta por parte do tráfico que é o suficiente para deixar os moradores também sobressaltados, ampliando a vigilância sobre o “clima” de modo a não ser pegos de surpresa pelo próximo tiroteio.

É a esses códigos e sua leitura que me refiro como aspecto de legibilidade do espaço da favela que emerge de modo coletivo pela própria naturalização do conflito. No entanto, a incessante procura de sinais, a constante reatualização dessa gramática tácita de segurança e ameaças mostra-se, no mais das vezes, inútil. O fato é que quando os tiroteios irrompem, inevitavelmente pegam a maior parte dos moradores de surpresa.

Registrei, sem querer, um tal momento em fita. Era uma tarde de Julho de 2005 quando fiz uma visita a Sonia, mãe de três filhos, que trabalhava como doméstica de manhã e como manicure à tarde. O que seria apenas uma rápida visita para levar Clara – sobrinha de Samanta – para fazer as unhas acabou se tornando uma longa entrevista gravada, seguida por uma série de fotografias de sua casa e sua família. Seu filho Leo, então com seis anos, aproveitou o fato de a mãe estar entretida e com as mãos ocupadas para conseguir uma per-

12 No início do trabalho de campo, eu hesitava sempre que via um carro da polícia nas cercanias de Bela Vista. Mas fui aos poucos aprendendo os usos dos códigos espaciais locais. Evito entrar em detalhes aqui sobre os usos desses códigos pela própria polícia, por querer proteger meus informantes e a mim mesma. Contudo, não posso deixar de registrar que por diversas vezes presenciei a mobilização dos mesmos por diferentes forças policiais, que comunicavam e encenavam sua presença de modo diferente quando chegavam para o confronto ou para “negociações” mais conciliatórias.

13 Nessas ocasiões, fazia parte do acordo com meus informantes principais que eu deveria me afastar do morro. Aconteceu em algumas ocasiões: as pessoas mais próximas aconselhavam-me a “dar um tempo” porque as coisas estavam “horríveis”, seja por causa de conflitos entre facções, seja por períodos de investidas mais freqüentes e violentas por parte da polícia.

missão reticente para brincar na quadra, a uns vinte metros de distância de casa, apenas alguns degraus acima. Enquanto isso, Sonia falava de trajetória profissional quando uma rajada de tiros interrompeu nossa conversa:

Eu acho que você tem que ter seu pé no chão, né? Se você tá fazendo a sua parte, você não tem porque ter que ficar aturando humilhação de pessoas, né. Se você tá fazendo direitinho... Não, não aturo não. A pessoa [*“patroa”, quando se trata de “casa de família”*] assim... não é [*bem*] nervosa, [*e*] sem paciência. Aí pra não discutir, eu prefiro sair. Não é?

M: Isso. E quando...

[*tiros*]

S [*interrompendo*]: Tiro.

M: Isso é tiro? Cadê eles [*as crianças*]?

S [*para Clara*]: Chama lá ele pra mim, Clara. [*já levantando para sair*] Deixa que eu... [*saindo*] Isso é tiro.

[*Sonia corre; eu pulo em direção à porta. Clara ofega. Sonia tropeça em um balde d’água, que quase vira. De fora vem o barulho de mais tiros e a voz de Sonia chamando seu filho: Leo! Leo!*]

Clara [*para mim*]: Melhor ligar que a tia Samanta deve tá que tá...

M: Isso, melhor dizer que tá tudo bem, a gente tá aqui...

[*Sonia e Leo entram*]

S: Caraca, muito tiro...

M: Muito. [*mais tiros, o som mais abafado com tudo fechado*]

S: Cadê o alicate? Ali onde eu botei! [*Riu*] Desligou, Mariana, ou continua gravando?

M: Continua...

[*Sonia ri mais ainda ao ver a água esparramada*]

S: Engraçado, foi muito engraçado agora... Caraca, muito tiro.

Clara: Cadê o celular?

M: Tá aí, não tá? Não tá ali na parte de trás?

S: Tá brincando? É por isso que eu não deixo as crianças soltas do lado de fora, tá vendo? Eu não gosto de deixar eles lá. [*mais uma rajada*] Ó.

As rotinas usuais “pós-tiros” também se seguiram, a começar pelo riso nervoso (e aliviado): primeiro a mãe de Sonia ligou para saber se estava tudo bem com a filha e os netos; antes que pudéssemos avisar Samanta que eu e Clara estávamos seguras na casa de Sonia, ela já nos havia localiza-

do. Os telefonemas eram feitos e atendidos em meio a algumas especulações sobre quem estava envolvido no tiroteio – no caso, o boato que o filho de Sonia escutara era de que os tiros vinham da favela vizinha. Após confirmar que a polícia não estava no morro – com um vizinho que passou e nos cumprimentou pela janela, Sonia decretou o incidente como encerrado: “Vamos continuar a entrevista”. No final da tarde, ninguém mais comentava o tiroteio; o evento fora “demovido” à categoria de “tirinhos”, termo que nomeia breves incidentes sem grandes conseqüências ou vítimas.

Dos perigos da cidade: espacialidades e mediações

Se episódios menores, tais como os “tirinhos” que por alguns minutos causaram tanta apreensão naquela tarde de 2005, são rapidamente esquecidos no decorrer da vida cotidiana de moradores (e freqüentadores) de favelas, isso não significa que o acúmulo de episódios banais e maiores, experimentados em primeira mão, pela mídia ou por boatos, não sejam constantemente re-significados e re-elaborados de acordo com novos contextos ou acontecimentos. O fato é que viver em um lugar no qual a “violência” está “na porta de casa” – expressão das mais recorrentes em Bela Vista e em outras favelas cariocas – parece tornar mais concretos os relatos da “violência” em outras áreas da cidade, em um movimento de reforço contínuo da percepção de se viver em um mundo perigoso. No entanto, essa percepção – como qualquer carioca de classe média, morador da Zona Sul que nunca foi sequer assaltado ou diretamente afetado pela “violência” – não é resultado direto da exposição aos constantes tiroteios, mas resulta também de uma série de mediações, dentre as quais o papel da mídia merece destaque (CAVALCANTI, 2001; VAZ *et al* 2005).

Ao longo dos 18 meses de trabalho de campo em Bela Vista testemunhei inúmeras reações e desdobramentos de acontecimentos ou expressões da “violência” ocorridos na favela – elaborações, conversas, sussurros e comentários sobre mortes de parentes de informantes, de “trabalhadores” vítimas de balas perdidas, de moradores em disputas pessoais e mesquinhas com traficantes, de bandidos “na vala”. No entanto, o evento “violento” que mais causou transtornos e

comoção à família Silva, minha rede mais próxima de informantes – a morte do Pastor Jorge – não ocorreu na favela em que viviam. O pastor era amigo da família desde a infância – colega de escola da geração mais velha, mentor espiritual da geração intermediária (mesmo os que não se converteram à igreja evangélica à qual pertencia), pai dos melhores amigos da geração mais nova – e morreu em uma noite de sábado, vítima de uma bala perdida, na Avenida Brasil, uma das principais vias expressas da cidade¹⁴, quase exatamente dois anos após ter se mudado de Bela Vista justamente para lidar-se dos constantes tiroteios.

A morte do pastor foi sem dúvida uma tragédia com vocação para manchete de jornal. Além da ironia já mencionada, ele era uma figura conhecida na comunidade, respeitado por todos os grupos sociais da favela – “bandidos” e “trabalhadores”, católicos, evangélicos, militantes, e vizinhos ou conhecidos em geral. Sua fama (em parte derivada de sua capacidade de converter ex-“bandidos”) havia, inclusive, ultrapassado os limites de Bela Vista – tanto que sua morte se deu após uma cerimônia em uma comunidade do Complexo da Maré. Não surpreende, portanto, que foi matéria ilustrada com fotos nos grandes jornais do Rio – nos “populares” com fotos da cena do acidente. Nas semanas que se seguiram ao caso, vi cópias da matéria na casa de inúmeras outras famílias, que, ao comentarem o ocorrido, recuperavam o recorte em meio a suspiros e não poucas lágrimas – o jornal era sempre passado entre os presentes, e depois cuidadosamente deixado à mão.

Na época, Bela Vista atravessava um momento de relativa calma – sem grandes conflitos, seja com a polícia, seja com a facção da favela vizinha com a qual os “bandidos” de Bela Vista travavam uma “guerra” que já durava décadas. No entanto, no caso particular de duas crianças da família Silva – os irmãos Clara e João, que conheciam o pastor desde os primeiros dias de vida – a morte do religioso teve o efeito concreto de tornar tangível e real o medo atrelado aos tiroteios na comunidade e ao espaço da cidade como um todo. Eu os buscava ocasionalmente na escola e testemunhei uma mudança radical em suas atitudes em relação à cidade, às armas que viam cotidianamente, e, sobretudo, à polícia. Ainda antes da missa de sétimo dia do pastor, João passou a se recusar a andar no carro com as janelas abertas; em uma ocasião

14 Para ser mais precisa, na região a qual os jornais insistem em se referir como “Faixa de Gaza”, isto é, a região entre as linhas Vermelha e Amarela e Avenida Brasil, onde se encontram dois dos maiores complexos de favelas da cidade, marcados por confrontos constantes tanto entre diferentes facções quanto entre traficantes e a polícia.

em que ficamos parados em um sinal fechado ao lado de um carro da polícia (com seus usuais rifles expostos para fora da janela), chegou mesmo a se abaixar para se “proteger da bala”. Sua irmã, por sua vez, passou a tratar a Avenida Brasil e a favela em frente da qual o pastor morreu em particular como uma espécie de inferno: ao brincar com suas bonecas sussurrava que jamais deveriam frequentar aquele lugar. Apenas dois meses antes, eu anotara em meu diário de campo com alguma surpresa que ela parecia não se abater com tiroteios, ao relatar sua reação diante de uma conversa entre adultos se perguntando sobre uma morte (por motivo de doença) de um morador da comunidade: “Deve ter morrido de tiro-teio!”, ela exclamara ao escalar alegremente o sofá da sala.

O caso da reação das crianças à morte do pastor é extremo. Mas chama a atenção para o fato de que mapas mentais de medo da e na cidade não dependem apenas da experiência vivida, direta, imediata – ainda que esta não seja sem conseqüências – mas também de mediações da mídia, de relatos de segunda mão, de comentários cotidianos, de memórias e trajetórias pessoais. Além disso, o fato é que tiroteios constituem apenas uma das “manifestações” da “violência” ou de “perigo” – o medo de assaltos é uma constante, e agrega lugares desconhecidos às famosas ou consensuais zonas de conflito. Ao longo do trabalho de campo, moradores da favela de Bela Vista expressaram medo das mais diversas zonas da cidade: o bairro do Rio Comprido era muito citado como lugar “perigoso”, em particular o trajeto de uma linha ônibus que ligava o Centro a Bela Vista, percurso ao longo do qual passava perto de várias favelas onde os confrontos são notórios (entre traficantes de facções distintas, mas também com a polícia).

Rosa jurou jamais pôr os pés em uma favela notoriamente “tranqüila” da Zona Sul depois de quebrar o braço em meio a um tiroteio lá – ela deu o azar de procurar abrigo justamente no beco de onde os “bandidos” estavam atirando na polícia e, por via das dúvidas, se jogou “barranco abaixo” junto com a filha pré-adolescente.

A própria Samanta, contemplada com a oportunidade de financiamento de longo prazo para comprar um imóvel, optou por comprar uma casa na parte baixa de Bela Vista, após meses de procura por propriedades “na rua” – as quais,

dados os limites de seu financiamento eram, sem exceção, localizadas no entorno de grandes complexos de favelas: “Tinha uma apartamento lá perto do Jacarezinho [...] Bem do lado da favela. Eu não quis. Por quê? Não, porque... eu moro em comunidade. Eu abri a janela e a comunidade estava bem ali. Então era a mesma coisa. Ainda mais no Jacarezinho, onde é tiro o tempo todo.”

Como no imaginário de classe média, bairros com muitas favelas são percebidos como perigosos. Brenda evitava o bairro de Bonsucesso como um todo (e não só as regiões de favela) por ser um lugar onde havia “muitos assaltos”; dada a oportunidade, sublinhava que eu não tinha “juízo” pela “mania” – e o histórico – de trabalhar em favelas, inclusive em Bela Vista. Quando precisou que eu lhe emprestasse uma máquina fotográfica, combinamos que eu encontraria seu filho adolescente no interior da estação de metrô do Largo do Machado – uma movimentada praça da Zona Sul da cidade – para que ele não ficasse “dando mole” naquele lugar “perigoso”. Quando perguntei por que a praça lhe parecia tão ameaçadora, sua resposta foi vaga: mendigos, pivetes, pessoas demais, muito movimento... Não gostava “do clima” de lá.

Já Eliane, que morou até os 16 anos na Baixada Fluminense, achava Bela Vista um lugar seguro, se comparada ao seu bairro de origem, de onde saíra dez anos antes, depois que seu então namorado e hoje marido fora baleado e quase morto em meio a um mal-entendido com traficantes do local:

Mas a violência eu acho que é a mesma coisa, só que lá é aquele negócio que aconteceu [a “Chacina da Baixada”], quando eles matam, eles matam um monte de gente que não tem nada a ver e aqui no morro, não. Aqui no morro só morre gente que se mete com eles, entendeu? Ou no caso assim de polícia, chegar no morro, é troca de tiro, aí... Agora deles pegar, entrar aqui, matar todo mundo, isso não acontece. Não acontece, entendeu? Lá na Baixada é tudo *vamo-se* embora, é estuprador, é isso, aquilo, tudo.

Os exemplos, longe de serem generalizáveis, servem apenas para sublinhar como mapas mentais da cidade são concatenados em grande medida pelo acaso, pela mídia, e por trajetórias individuais. Não é à toa que os relatos aqui citados vêm de mulheres. Ainda que uma discussão mais aprofundada so-

bre questões de gênero não venham ao caso neste artigo, vale a pena sinalizar que, ao menos no que diz respeito a manifestar suas opiniões diante de uma antropóloga mulher, os homens tendiam a minimizar o medo da violência na comunidade e enfatizar justamente a cidade como um lugar perigoso¹⁵.

Em suma, é claro que a “violência na porta de casa” influencia o modo como tais mapas são concatenados. No entanto, o que quero ressaltar é que, em muitos casos, a exposição aos constantes tiroteios tende a amplificar, também, o medo da cidade como um todo, e a percepção de se viver em mundo violento, não apenas em um lugar marcado pela “violência”.

A “violência” – ou melhor, sua representação social e coletiva no Rio de Janeiro contemporâneo – não é necessariamente limitada à experiência vivida de um espaço em particular. Pelo contrário, essa “violência” é percebida – e não só por moradores de favela – como uma potencialidade inerente ao próprio espaço da cidade. Não estou afirmando que o fato de episódios (e modalidades) de violência não sejam mais frequentes nas favelas, nem que essa concentração não tenha efeitos – políticos, fenomenológicos, subjetivos, mas sobretudo concretos – nas vidas de seus moradores. Pelo contrário, a internalização das rotinas antecipatórias de tiroteios evidencia como sua própria percepção da cidade leva em conta uma possibilidade de irrupção de conflitos. Mas é sempre importante lembrar que a experiência urbana (e, neste caso, o medo que a constitui) não se resume à experiência direta da “violência” que moradores de favelas experimentam nas comunidades em que vivem.

Simplesmente, estes não se encontram “ilhados” ou isolados nas favelas em que vivem. A afirmativa pode parecer óbvia, mas ela traz implicações também para como a própria associação entre favelas – em particular favelas localizadas em grandes complexos, ou em áreas em que há conflitos de longa data entre facções – e lugares perigosos a serem evitados. Assim, se de um lado os tiroteios constantes “na porta de casa” reafirmam a percepção de uma cidade perigosa, de outro lado a idéia de uma cidade perigosa por vezes reafirma, ainda que de um modo atravessado, as vantagens de se estar em um lugar familiar, onde se é conhecido e onde se conhece o espaço e os signos de perigo.

15 Elaborei melhor esse ponto em outro trabalho, onde também discuto de modo mais aprofundado as rotinas cotidianas que as mulheres desenvolvem no papel de mães para evitar que seus filhos se envolvam com o tráfico (CAVALCANTI, 2007a, Capítulo 5).

Por outro lado, o acúmulo da memória de episódios violentos ao longo do tempo afeta o modo como os moradores percebem e interpretam novas ocorrências. Cada tiroteio, morte, desaparecimento ou expulsão da favela se imiscui com relatos de segunda e terceira mão de eventos análogos, reforçando, assim, a sensação de se viver em um mundo violento. Estou me referindo aqui ao que Teresa Caldeira (2000) chamou de a “fala do crime”; a cada novo evento identificado como instância dessa “violência” – seja um tiroteio, incursão policial, assaltos, sequestros relâmpago, disputas em torno dos territórios do tráfico e, cada vez mais também conflitos entre traficantes e milícias – re-trabalham o modo como se interpreta o dito fenômeno da “violência” em si mesma. Esse acúmulo e essa re-significação constituem um processo contínuo que se desdobra em um cotidiano em que não faltam novos episódios que alimentem a re-elaboração. Assim, a temporalidade do conflito irruptivo se estende para o futuro: moradores sabem que o próximo episódio de instanciação da “violência” ocorrerá inevitavelmente, provavelmente na forma de um tiroteio – talvez em cinco minutos, possivelmente amanhã, quiçá na próxima semana, mas sem dúvida em um futuro próximo. “Aqui” ou “na rua”.

Referências

- APPADURAI, Arjun. (2001), “New logics of violence”. Em: India Seminar 2001. Disponível em: <http://www.india-seminar.com/2001/503/503%20arjun%20apadurai.htm>.
- BIRMAN, Patricia [e] LEITE, Marcia Pereira. (2004), Um mural para a dor: Movimentos cívico-religiosos por justiça e paz. Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- BOURDIEU, Pierre. (1977), Outline of a theory of practice. Cambridge, Cambridge University Press.
- _____. (1979), “The Kabyle house or the world reversed”. Em: Algeria 1960: The disenchantment of the world: The sense of honour: The Kabyle house or the world reversed: Essays. Cambridge; New York, Cambridge University Press.
- CALDEIRA, Teresa. (2000), City of walls: Crime, segregation, and citizenship in São Paulo. Berkeley, University of California Press.
- CASEY, Edward S. (2007), “Boundary, place, and event in the spatiality of history. Rethinking History, Vol.11, no 4, pp. 507-512.
- CAVALCANTI, Mariana. (2001), Demolição, batalha e paz: Favelas em manchetes. Dissertação (Mestrado). ECO-UFRJ.
- _____. (2007), Of shacks, houses, and fortresses: An ethnography of favela consolidation in Rio de Janeiro. Tese (Doutorado). Departamento de Antropologia, University of Chicago.
- _____. (no prelo), “Do barraco à casa: Tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada”. Revista Brasileira de Ciências Sociais.
- CUNHA, Neiva Vieira da. (2006), Histórias de favelas da Grande Tijuca contadas por quem delas faz parte. Rio de Janeiro, IBASE.

- De CERTEAU, Michel. (1984), *The practice of everyday life*. Berkeley, University of California Press.
- DOWDNEY, Luke. (2003), *Crianças do tráfico: Um estudo de caso de crianças em violência armada organizada*. Rio de Janeiro, 7 Letras.
- ETHINGTON, Philip J. "Placing the past: Groundworks for a spatial theory of history". *Rethinking History*, Vol. 11, nº 4, pp. 465-494.
- FARIAS, Juliana. (2007), *Estratégias de visibilidade, política e movimentos sociais: Reflexões sobre a luta de moradores de favelas cariocas contra a violência policial*. Dissertação (Mestrado), PPCIS, UERJ.
- FOUCAULT, Michel. (1997), "Different spaces". Em: *The essential works of Foucault, 1954-1984*. pp. 175-186. Nova York, New Press.
- HARVEY, David. (1989), *The urban experience*. Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- JUNIOR, José. (2003), *Da favela para o mundo: Grupo Cultural AfroReggae*. Rio de Janeiro, Aeroplano.
- LEFEBVRE, Henri. (1991), *The production of space*. Oxford; Cambridge, MA, Blackwell.
- _____. (1996), *Writings on cities*. Cambridge, Mass, USA, Blackwell.
- LEITE, Marcia Pereira. (2000), "Entre o individualismo e a solidariedade: Dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 15 (44), pp.73-90.
- LIMA, William da Silva. (2001), *Quatrocentos contra um: Uma história do Comando Vermelho*. São Paulo, Labor-texto Editorial.
- LOW, Setha M. (1999), "Spatializing culture: The social production and social construction of public space in Costa Rica". Em: *LOW, Setha M (org.) Theorizing the city: The new urban anthropology reader.*, pp. 111-137. New Brunswick, New Jersey, e Londres, Rutgers University Press.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. (2004), “Sociabilidade violenta: Uma dificuldade a mais para a ação coletiva nas favelas”. Em: SILVA, I. (org.) Rio, A democracia vista de baixo. Rio de Janeiro, Ibase, Vol. I, pp. 33-44.

_____. (2002), “A continuidade do ‘problema da favela’”. Em: Oliveira, L. L. (org.) Cidade: História e desafios. pp. 220-237. Rio de Janeiro, Editora FGV.

_____ e LEITE, Marcia Pereira. (2007), “Violência, crime e polícia: O que os favelados dizem quando falam desses temas?” Sociedade e Estado (Brasília), Vol. 22, nº 3, pp. 545-591.

_____ (2004), “Favelas e democracia: Temas e problemas da ação coletiva nas favelas cariocas”. Em SILVA, I. (org.) Rio, A democracia vista de baixo. Rio de Janeiro, Ibase.

MISSE, Michel. (2006), Crime e violência no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro, Lumen Júris.

NOBRE, Carlos. (2005), Mães de Acari: Uma história de protagonismo social. Rio de Janeiro, Editora PUC-Rio.

PERALVA, Angelina. (2000), Violência e democracia: O paradoxo brasileiro. São Paulo, Paz & Terra.

RAMOS, Silvia, [e] MUSUMESCI, Leonarda. (2005), Elemento suspeito: Abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira/ CESeC.

RAMOS, Silvia [e] PAIVA, Anabela. (2005), Mídia e violência: Como os jornais retratam a violência e a segurança pública no Brasil. Rio de Janeiro, CESeC.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. (1997), Dos cortiços aos condomínios fechados: As formas de produção da moradia na cidade. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira/ IPPUR/FASE.

RIVERA, Patricia. (2004), “A relação entre mercados segmentados, sociabilidade fragmentada e cidadania escassa: As regras de intercâmbio no mercado ilegal de armas de fogo

no Rio de Janeiro”. XXVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, ANPOCS.

SOJA, Edward W. (1989), *Postmodern geographies: The reassertion of space in critical social theory*. New York, Verso.

VAZ, Paulo [e] LISSOVSKY, Maurício. (2007), Notícias de crime e formação da opinião pública: O caso do referendo sobre o comércio de armas no Brasil. *Logos* (Rio de Janeiro), Vol. 27, pp. 89-107.

_____; CAVALCANTI, Mariana [e] SÁ-CARVALHO, Carolina. (2005), “Vítima virtual e medo do crime no Rio de Janeiro”. *Trajectos: Revista de Comunicação, Cultura e Educação* nº 7.

_____[e] OLIVIERA, Luciana Julião de. (2005), “Pobreza e risco: A imagem da favela no noticiário de crime”. *Fronteiras – Estudos Midiáticos – VII*(2).

ZALUAR, Alba. (1985), *A Máquina e a revolta: As organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo, Brasiliense

_____. (1996), “A globalização do crime e os limites da explicação local”. Em: VELHO, Gilberto [e] ALVITO, Marcos (orgs.) *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Editora FGV.

_____. (2004), *Integração perversa: Pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro, Editora FGV.